

**POR UMA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO-SOLIDÁRIO:  
NOTAS SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DE PAUL SINGER PARA  
A ECONOMIA SOLIDÁRIA**

**TOWARDS A HISTORY OF SOLIDARITY ECONOMIC THOUGHT: NOTES  
ON PAUL SINGER'S THEORETICAL CONTRIBUTIONS TO SOLIDARITY  
ECONOMY**

Gabriel Gualhanone Nemirovsky<sup>1</sup>  
Elcio Gustavo Benini<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem o objetivo de apresentar e discutir a seminal contribuição de Paul Singer para a construção e desenvolvimento da economia solidária como campo científico independente. São apresentadas, dessa forma, as principais características de seu pensamento e de seu posicionamento político e epistemológico. Nota-se, de fato, a presença marcante da categoria “democracia” para sua formulação teórica do fenômeno da economia solidária. Por meio da análise de suas principais obras voltadas à economia solidária desenvolveu-se uma substancial discussão sobre os relevantes avanços e limitações de seu pensamento.

**Palavras-chave:** Paul Singer, Economia Solidária, Contribuições Teóricas.

**ABSTRACT:** The present article aims to present and debate the theoretical contributions made by Paul Singer that marked the development of solidarity economy as an independent field of academic research. There fore, the most relevant characteristics of his political and academic positioning are also presented. It is denoted, in addition, there markable presence of democracy in his academic thought to wards the solidarity economy phenomenon. Through out the analysis of his main work son solidarity economy it was possible to develop a substantial discussion on the most relevant advances and limitations with in Paul Singer's approach.

**Keywords:** Paul Singer, Solidarity Economy, Theoretical Contributions.

---

<sup>1</sup> Mestre em Administração pelo PPGAD-UFMS, Bacharel em Ciências Econômicas pela UFMS. Docente dos Cursos de Gestão Financeira, Administração e História no Campus de Nova Andradina da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

<sup>2</sup> Docente nos cursos de graduação em Administração (presencial), Administração Pública (distância), de especialização em Gestão Pública e Gestão em Saúde (distância), e no mestrado em Administração (presencial), da Universidade Federal de Mato Grosso de Sul. Doutor em Educação.

## Introdução

A inevitável e problemática fase descendente do capital, enquanto forma de controle metabólico da sociedade, atingiu seu ápice à medida que sua ascensão histórica global sinalizou sua consumação. Tal fato trouxe à tona não somente a desilusão do “convite ao desenvolvimento”, propagandeado pelos países mais ricos, mas também a triste realidade da globalização do desemprego e do desperdício crescente de recursos humanos, financeiros e, principalmente, naturais, a tal ponto que a própria existência humana encontra-se ameaçada pelos imperativos da acumulação desenfreada do capital. (MÉSZÁROS, 2002)

Esse estágio atual das condições objetivas que, em última instância, determinam a produção material da vida dos indivíduos sociais sob o controle metabólico do capital, deve-se, ao contrário do que propõem os entusiastas da ordem vigente, não às crises cíclicas e temporárias advindas, como insistem em explicar, da falta de demanda agregada, do excesso de desregulamentação de setores estratégicos, da intervenção estatal parasitária ou, ainda, da “ganância incontrolável” dos empresários, mas sim à irremediável crise estrutural – da qual as crises cíclicas são meras consequências – que tem abalado o âmago do sistema do capital ao longo dos últimos cento e cinquenta anos.

As subsequentes e frustradas tentativas por parte de governos e organismos multilaterais em evitar que as “crises cíclicas” abranjam e assolem a totalidade dos sistemas socioeconômicos ilustram a gravidade da crise estrutural em questão e dão provas incontestáveis da incontrolabilidade das determinações estruturais do capital, desenvolvidas por meio da dinâmica das contradições inerentes a sua formação sócio-histórica específica.

Surgem então, como enfatiza Mézáros (2002), vários movimentos de “questão única”, conduzidos ao isolamento e à fragmentação face à multiplicidade de distúrbios sociais erigidos pelo sistema do capital em sua ascensão histórica. Dentre eles podem ser citados: os grupos ambientalistas, grupos voltados para a emancipação feminina, movimentos sociais contra a corrupção e discriminação social, etc.; são exemplos de reivindicação social que, segundo Harvey (2010), ao abandonarem qualquer ligação com a natureza socioeconômica de seus pleitos, evocam somente questões políticas e jurídicas.

No entanto, como enfatiza Mészáros (2002, p. 95), ao contrário do que praticam os movimentos de “questão única” e da tese da “não centralidade do trabalho”, “todos os obstáculos a serem superados são na verdade comuns ao trabalho – ou seja, o trabalho como alternativa radical à ordem sociometabólica do capital”. Isso se dá pela própria natureza objetiva do metabolismo social regulado economicamente pelos imperativos estruturais do capital.

Sem embargos, a despeito desse desafio e fardo histórico que deve ser encarado como compromisso inapelável dos trabalhadores, a forma reificada do trabalho diante da ordem vigente, como trabalho assalariado, testemunhou, principalmente durante a reestruturação produtiva pós-década de 1970, a reprodução global da fragmentação e precarização dos postos de trabalho, bem como a perda de uma série de direitos trabalhistas conquistados pelos sindicatos no pós-Segunda Guerra. Tal como a pluralidade de capitais se tornou concreta na consumação da ascensão global do capital, o trabalho assalariado, como força de trabalho, também se tornou heterogêneo, ao ponto de perder a unidade entre luta política econômica contra a ordem vigente.

Embora o trabalho assalariado tenha sofrido com a falta de unidade em sua luta, com a separação de seu braço político – os partidos políticos dos trabalhadores – de seu braço industrial – os sindicatos –, essa forma reificada de trabalho não representa a totalidade dos trabalhadores que se reproduzem no bojo do sistema do capital. Entre outras formas de ocupação encontram-se o trabalho informal, o trabalho voluntário e o trabalho autogerido – esse último, como alvo crescente de estudos que o consideram fundamental para a construção de uma nova economia, uma economia solidária, a qual, de fato, é objeto da presente pesquisa.

Ao longo das últimas décadas do século XX e mais visivelmente durante primeira década do século XXI, a economia solidária (Ecosol) revelou ser uma inevitável e essencialmente necessária “via de escape”<sup>3</sup> para a absorção da força de trabalho desocupada pelo avanço dramático das forças produtivas do capital, à medida que esse sistema metabólico demonstrou, de acordo com Mészáros (2002), ter atingido os limites de sua viabilidade material.

---

<sup>3</sup>Colaboram com essa perspectiva as análises contidas, por exemplo, em Singer (1999, 2003), França Filho e Laville (2004), e mais recentemente em Barbosa (2007).

No Brasil, essas manifestações tiveram início, conforme data Bertucci (2010), no interior das experiências alternativas comunitárias dirigidas, na década de 1980, pela Cáritas do Brasil. É, também, necessário fazer referência, como o faz Nunes (2009), à contribuição relevante de outras organizações e instituições que participaram ativamente, nesse período, do movimento pela redemocratização do Estado brasileiro, tais como: o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE); a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE); o Instituto para políticas alternativas para o Cone Sul (Pacs); e o Movimento dos Sem-Terra (MST).

A base material histórica e geograficamente específica que aqui se forma, explicam França Filho e Laville (2004) e Singer (2010), deriva essencialmente da formação de uma “economia” dos setores populares, a qual se desenvolve na esteira de experiências cooperativistas ligadas a atividades econômicas diversas – razão essa que justifica a diversidade de formas pelas quais se apresentam as iniciativas econômicas compreendidas na Ecosol denominadas Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES) –. Sob essa perspectiva, Singer (2010) aponta para a existência e a formação das cooperativas de produção, consumo, crédito; dos clubes de troca; de grupos informais e associações coletivas; e das fábricas em falência recuperadas por trabalhadores, como as representações concretas da Ecosol.

Aliada a essa construção material da Ecosol, o desenvolvimento de abordagens teóricas e analíticas ao fenômeno do trabalho associado também testemunhou crescimento acentuado. Dentre tais abordagens merece destaque a produção seminal de Paul Singer a qual afetou sobremaneira a compreensão acadêmica sobre a natureza e as potencialidades emancipatórias relacionadas à mediação solidária de trabalhadores, transformando a própria Ecosol em campo independente de estudos e pesquisas.

Dessa forma, o objetivo do presente artigo é colocar em evidência as contribuições de Paul Singer para o campo de conhecimento da Ecosol, ressaltando suas características principais, suas limitações, avanços e, sobretudo, seu posicionamento epistemológico, o qual marca profundamente a relação deste autor com uma concepção marxista heterodoxa.

Para tanto, a presente pesquisa será exposta em quatro partes. Na primeira seção aborda-se a construção e institucionalização da Ecosol, bem como seus marcos históricos principais. A segunda seção, por sua vez, direciona-se para a apresentação do marco teórico-analítico desenvolvido por Paul Singer em sua abordagem da Ecosol. Em

sequência, a terceira parte finaliza a exposição com a discussão e síntese das contribuições de Paul Singer para a pesquisa em Ecosol, demarcando suas limitações e avanços. Por fim, sob a forma de considerações finais, o artigo proporciona uma captura e reflexão generalizada dos principais pontos destacados do pensamento de Singer.

### **Marcos Históricos para o Desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil**

Na esteira da manifestação material da Ecosol no Brasil, a partir de iniciativas populares e comunitárias, foi possível identificar, ilustra Singer (2010), o início de uma articulação político-sindical, já nos anos 1990, relacionada à atitude do Sindicato dos Químicos de São Paulo de, em decorrência da preocupação com o inevitável desemprego originado da falência de um grupo calçadista em Franca, SP, iniciar o processo de recuperação judicial deste por meio da autogestão dos trabalhadores. Essa iniciativa serviu de fundamento para a constituição da Associação Nacional dos Trabalhadores em Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) que hoje abriga várias destas iniciativas.

Embora, no Brasil, o marco inicial da Ecosol tenha se dado na década de 1980, quando o país testemunhou uma grave recessão econômica, foi somente durante a década de 1990 que a Ecosol viu-se florescer sobremaneira. Como explicita Nascimento (2003), entre 1996 e 1997 é desenvolvido, pela ação da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, o Programa Integrar cujo objetivo foi disseminar conhecimentos sobre o cooperativismo, a autogestão e a Ecosol.

Como consequência dessas ações pioneiras, de acordo com Segundo e Magalhães (2003), foi também durante a segunda metade da década de 1990 que a Central Única dos Trabalhadores (CUT), ao realizar vários debates sobre a Ecosol, fomentou a organização do primeiro Seminário Nacional de Economia Solidária, cujo principal produto foi o surgimento, em 1999, da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), a qual a partir de 2000 colaborou decisivamente para a construção do Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário e da União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (Unisol Brasil). Aproveitando-se dessa experiência, foi criada em 2000 a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES), composta por dirigentes de várias entidades ligadas à Ecosol.

Passado esse período experimental do desenvolvimento das bases fundamentais para a consolidação da Ecosol, é na primeira década do século XXI que se pode verificar, segundo Singer (2010), a construção e o fortalecimento de uma articulação política de abrangência nacional em prol da Ecosol. Foi nesse período que se formaram o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) e a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

O FBES, criado em 2003 e originado das discussões sobre a Ecosol no âmbito do Fórum Social Mundial (FSM), juntamente com suas ramificações estaduais (FEES), constituem, segundo Nunes (2009, p. 70) “instâncias informais que possibilitam a articulação de experiências dos EES, das entidades de apoio e dos gestores públicos para a formação de agendas comuns”.

Por sua vez, a Senaes, instituída pelo decreto nº 4.764 em 2003 no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), é responsável por viabilizar e coordenar políticas públicas de apoio à Ecosol. Dessa forma, cabe a essa secretaria a responsabilidade por articular a institucionalização da Ecosol no âmbito do governo federal. Como descreve Barbosa (2007) que o objetivo dessa secretaria é induzir quanti e qualitativamente as iniciativas dos EES. Cabe destacar, ainda de acordo com a autora, que a constituição da Senaes não se deu de forma unilateral por parte do governo federal, mas sim por meio da ampla participação do movimento social ligado à Ecosol.

No mesmo decreto que deu origem à Senaes em 2003 já se previa a consolidação do CNES, porém este só foi concebido de fato em 2006. Explica Nunes (2009) que esse conselho agrega funções consultivas e deliberativas no sentido de possibilitar o diálogo entre a Senaes, o governo federal e organizações do “terceiro setor” que apoiam a Ecosol, sendo gestado, dessa forma, por um modelo tripartite.

Por fim, a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, concebida em 2003 e concretizada somente em 2006, representa as iniciativas municipais e estaduais para a concepção de políticas públicas comuns em prol da Ecosol.

Não obstante a estruturação e sistematização de órgãos, entidades e instituições nacionais dirigidas à Ecosol, vale citar o processo de integração entre todas essas iniciativas “regionalizadas” e a construção da Rede Internacional para a Promoção da Economia Social e Solidária (Ripess) que congrega, segundo Nunes (2009), mais de 60

redes de Ecosol em todo o mundo, tendo como objetivo o desenvolvimento do comércio justo e solidário e das finanças solidárias, entre outras finalidades. Desse modo, pode-se vislumbrar uma tentativa de articulação global da Ecosol.

Em meio a todo esse desenvolvimento da “base material” e, de certa maneira, de uma superestrutura, senão jurídica pelo menos política, a presença das universidades marcou-se profundamente como fio condutor essencial para o fomento à Ecosol, sob duas perspectivas principais.

Em primeiro lugar, cabe salientar a participação das universidades em atividades de extensão, no âmbito das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), visando ao desenvolvimento de metodologias de incubação e de tecnologias sociais as quais podem permitir que os EES atinjam seus objetivos programáticos de forma satisfatória.

Por outro lado a universidade, em sua respectiva função de pesquisa, revelou-se pertinente “forma de consciência” por meio da qual a Ecosol pôde ser apreendida em si e para si. Nesse aspecto, a produção acadêmica serviu como ponto de referência para a apreciação subjetiva das formas concretas exibidas pelas experiências práticas dos EES, principalmente em respeito aos fatores que, uma vez identificados pela práxis, se manifestam como limitadores e reguladores do desenvolvimento da Ecosol.

No que tange a essa função de apreensão das limitações da Ecosol, a abrangente produção bibliográfica atual<sup>4</sup> possibilitou apontar vários problemas enfrentados pelos EES, desde vícios, distorções e carências de recursos em sua organização interna até a falta, no sentido da produção material, da articulação conjunta entre essas iniciativas, pressupondo certa forma sistêmica de evolução.

Dentre a vasta contribuição teórica existente é possível identificar distintas nuances e paradigmas metodológicos que permitem colocar em destaque as teses interpretativas mais relevantes acerca da Ecosol. Sob esse prisma, assumiu um importante papel na apreensão subjetiva da Ecosol a discussão sociopolítica de caráter marxiano desenvolvida, no Brasil, primeiramente por Paul Singer, em seus estudos e ensaios teóricos e, posteriormente, pelas pesquisas realizadas por Novaes (2005a, 2005b, 2005c, 2007, 2008); Novaes e Dagnino (2004); Faria, Novaes e Dagnino (2008), Benini e Benini (2010), Benini, Nemirovsky, Benini (2012),

---

<sup>4</sup> Sobre as dificuldades enfrentadas pelos EES, ver, por exemplo: Mance (2001, 2002a, 2002b), Novaes (2007, 2008), Benini e Benini (2010), Singer (2010)

## **O Marco Teórico-Analítico da Abordagem de Paul Singer à Economia Solidária**

A visão de Paul Singer em seus trabalhos – Singer (1999, 2002, 2003, 2004, 2007, 2010) – constrói uma vertente teórica em Economia Solidária que interpreta esse novo fenômeno como um resgate, um ressurgimento do cooperativismo operário do século XIX, que fora baseado nas premissas dos socialistas utópicos.

Após elucidar as formas de cooperativismo que se desenvolveram pela luta contra a opressão ao proletariado, Singer (2010, p.35) pontua que:

Esta é a origem histórica da economia solidária. Seria justo chamar esta fase inicial de sua história de “cooperativismo revolucionário”, o qual jamais se repetiu de forma tão nítida. Ela tornou evidente a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo. A figura que sintetizou o pensamento e a ação nesta fase foi sem dúvida Owen.

Ao colocar a Economia Solidária como crítica operária e socialista que data seu início no século XIX, Singer (2010) necessariamente percebe que a Economia Solidária está inserida em um contexto de centralidade do trabalho, no qual ainda o operariado constitui-se como forma soberana de reivindicações sociais que, portanto, são legítimas.

Retomando o pensamento de Luxemburgo (2005), o movimento cooperativista, em sua opinião, chocava-se com o dilema de que “a troca domina a produção” o qual impunha diversas barreiras ao processo de emancipação do trabalhador em seu meio. Singer (2003, p.17), no entanto, discorda dessa posição ao afirmar que:

A argumentação de Rosa Luxemburgo é mais antagônica à gestão capitalista, mas não é consistente. Ela desconhece ou despreza a resistência que os trabalhadores oferecem ao absolutismo do capital e que limita as arbitrariedades que este tenta praticar. Já na época em que ela escrevia (1899), os trabalhadores estavam organizados nas fábricas e tinham capacidade de se opor à intensificação do trabalho e a alterações unilaterais da jornada de trabalho.

Para Singer (2003, 2010) a gestão dos trabalhadores, portanto, opõe-se a ditadura da gestão capitalista, no sentido de que o controle operário do processo produtivo contorna as amarras do absolutismo do capital. Em Singer (2010) encontra-se

a distinção entre a heterogestão, forma de administração da empresa capitalista típica, e a autogestão, forma de administração privilegiada pela Economia Solidária.

Para Singer (2010, p.16) a heterogestão consiste “na administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade”, de modo que o poder sobre a organização concentra-se nos níveis mais altos. Sobre os níveis mais baixos, o autor expressa que os trabalhadores desse grupo “sabem pouco além do necessário para que cumpram suas tarefas, que tendem a ser repetitivas e rotineiras”, Singer (2010, p.17).

Singer (2010) complementa sua visão sobre a heterogestão ao perceber que esta concebe um paradoxo inerente a sua forma de regulação do processo produtivo. Tal paradoxo consiste no fato de que, para o autor, o interior da empresa capitalista é necessariamente uma arena de competição entre os funcionários e entre os departamentos, mas, no entanto, para que a empresa capitalista atinja seus objetivos, essa forma de organização necessita suscitar, simultaneamente, a cooperação entre seus funcionários e departamentos. O autor completa:

Competição e cooperação são, a rigor, incompatíveis entre si: se você coopera com seu rival, você o fortalece e ele pode vencê-lo na competição; se você não coopera com seu colega ou com o setor que depende de sua ajuda, a empresa inteira pode fracassar. Dentro dessa contradição a heterogestão funciona, sempre à procura de novas fórmulas que lhe permitam extrair o máximo de trabalho e eficiência do pessoal empregado. (SINGER, 2010, p.18)

Em oposição a essa forma de administração está a autogestão que, para Singer (2010), constitui-se em uma forma democrática de administração que relega suas decisões ou ao processo de sufrágio em assembleias, quando são organizações de pequeno porte, ou a delegados eleitos que tomam decisões de forma representativa, em nome de todos. O autor explica que:

Em empresas solidárias de grandes dimensões, estabelecem-se hierarquias de coordenadores, encarregados ou gestores, cujo funcionamento é o oposto do de suas congêneres capitalistas. As ordens e instruções devem fluir de baixo para cima e as demandas e informações de cima para baixo. Os níveis mais altos, na autogestão, são delegados pelos mais baixos e são responsáveis perante os mesmos. A autoridade maior é a assembleia de todos os sócios, que deve adotar as diretrizes a serem cumpridas pelos níveis intermediários e altos da administração. (Singer, 2010, p 18)

Essa colocação de Singer permite inferir que a estrutura organizacional de uma empresa solidária pode conceber, assim como uma empresa capitalista, um canal de subordinação, porém invertido, entre seus níveis hierárquicos. Outro fato que merece menção diz respeito á complexidade da organização solidária, pois esta compreende tanto um espectro informal de relações, que pode se desenvolver em uma empresa solidária de pequeno porte, quanto um espectro formal e burocrático que “complexifica” a autogestão para empresas de grande porte.

Sobre a autogestão, Singer (2010) comenta que para que esta se realize, é preciso que todos os sócios se informem do que ocorre na empresa e das alternativas disponíveis para a solução das contingências. Dessa forma, as respostas para os problemas frequentes são obtidas quase que de forma protocolar. Acerca disso, o autor comenta:

Pelo visto, a autogestão exige um esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária: além de cumprir as tarefas a seu cargo, cada um deles tem de se preocupar com os problemas gerais da empresa. Esse esforço adicional produz ótimos resultados quando se trata de envidar mais esforços para cumprir um prazo, eliminar defeitos de um produto ou para atingir algum outro objetivo que todos desejam. O fato de todos ficarem a par do que está em jogo contribui para a cooperação inteligente dos sócios, sem necessidade de que sejam incentivados por competições para saber quem é o melhor de todos. (Singer, 2010, p.19)

O excerto acima permite que se faça uma indagação: seria, pois, a Economia Solidária de Singer, uma forma de captura da subjetividade do trabalhador – nas palavras de Alves (2007) – tão ou mais intensa do que a qual impera no âmago dos processos produtivos capitalistas? As implicações de uma resposta positiva a essa questão são diversas.

Não obstante, um ponto merece atenção especial: pode-se contestar a ideia de que a autogestão, por exemplo, na visão de Singer, significaria uma mudança radical em relação à gestão da empresa capitalista típica, pois se pode concluir que a opinião de Singer considera que a autogestão possui formas de captura da subjetividade, possivelmente, mais radicais do que as que se observa no Capitalismo e, portanto, geradoras de um aprofundamento do estranhamento do trabalhador, ao invés de sua eliminação.

Em relação ao primeiro argumento de que não haveria uma mudança radical a partir da autogestão, Singer (2003) sugere que as condições de exploração na autogestão são menores do que as que são observadas na heterogestão:

Se as condições de trabalho na fábrica eram duras, elas sempre seriam menos duras na cooperativa por duas razões fundamentais: na fábrica capitalista os empregados têm de produzir lucros proporcionais ao capital investido, obrigação que os cooperados não têm, o que lhes permite se autoexplorar menos; além disso, os cooperados têm a liberdade de escolher quando e como trabalhar para tornar sua empresa competitiva, ao passo que os trabalhadores assalariados têm de obedecer a determinações da direção. (SINGER, 2003, p.17)

O autor assume, portanto, que a exploração não é uma condição que se elimina pela autogestão e, no entanto, se nega a aceitar – talvez como os socialistas utópicos – que essa “autoexploração”, embora possa ser menor do que a exploração exercida por outrem se origina não só no seio da produção, mas, sobretudo, é patrocinada pelo processo de troca.

Em um último posicionamento sobre a questão da autoexploração, Singer (2003, p.17), considera que, em vista do desemprego gerado pelo Capitalismo, poucas alternativas restam ao trabalhador além da que é oferecida pela Economia Solidária: permanecer no desemprego; sobreviver de bicos; ou voltar a trabalhar em empresas capitalistas. Para o autor, todas essas alternativas revelam “condições evidentemente piores do que as da autoexploração”.

Não obstante os problemas relativos à concepção de autoexploração definida por Singer, a autogestão é um processo caracterizado por um equilíbrio instável na medida em que se encontra a mercê das práticas de gestão da empresa solidária, as quais não podem, em momento algum, deixarem-se guiar por uma ética do “comodismo”:

A prática autogestionária corre perigo de ser corroída pela lei do menor esforço. Os gestores da cooperativa enfrentam frequentemente questões urgentes, que têm de ser resolvidas sem haver tempo de consultar outros sócios. Nas assembleias, os problemas e as soluções adotadas costumam ser relacionados como fatos consumados. É muito raro que algum participante se preocupe em discutir se a solução encontrada foi realmente a melhor. Se não houver algo emocionante, é provável que a assembleia aprove rapidamente e sem prestar atenção os relatórios dos gestores. Se a desatenção virar hábito, as informações relevantes passam a se concentrar em círculos seletos de responsáveis, cujas propostas têm toda chance de ser aprovadas, pelos sócios ou seus delegados, por inércia. (SINGER, 2010, p.20)

Ao atestar esse perigo, o autor não se opõe complementarmente à assertiva que confere um caráter dicotômico às cooperativas, qual seja: cooperativas que vão mal fecham, as que vão bem deixam de ser cooperativas – Singer (2010, p. 20). Cooperativas que vão mal, segundo o autor, possuem grande participação de seus sócios no sentido de reorganizar a empresa para a resolução dos problemas. Cooperativas que vão bem, por outro lado, correm o risco de serem administradas segundo a “lei do mínimo esforço”, a qual demonstra ruptura com uma postura democrática.

Como último aspecto apresentado sobre a corrosão das práticas autogestionárias, Singer (2010, p.21) comenta que:

O perigo de degeneração da prática autogestionária vem, em grande parte, da insuficiente formação democrática dos sócios. A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes.

Para Singer, portanto, a autogestão e, por consequência, a Economia Solidária, somente se consolida por meio da prática democrática da gestão dos empreendimentos solidários. A democracia emerge, nesse contexto, como um sentido de pluralidade intrínseca ao panorama interno à organização e revela um sistema de administração voltado para a legitimação das “vozes” que se fazem presentes em uma empresa solidária.

Em Singer (2007), no entanto, a questão da democracia parece ser mais bem compreendida, uma vez que o autor a retrata não só em termos políticos, mas também econômicos e sociais. Para Singer (2007), a democracia que surge na economia capitalista limita-se ao espectro político, pois o modo de produção do capital implica necessariamente a oposição entre duas classes antagônicas, em que aquela que detém a posse dos meios de produção controla, grosso modo, o metabolismo da sociedade, não há, portanto, um sentimento de democracia nas práticas capitalistas.

A Economia Solidária em Singer (2007) surge como uma nova “cultura social” à medida que pretende expandir a noção de democracia para os campos social e econômico. Desse modo, a autogestão é inserida como sinônimo de democracia, pois pretende incorporar, de forma direta, a diversidade de opiniões, em sua metodologia de administração.

Singer (2007) expõe ainda que essa “cultura social”, originada da prática democrática na autogestão, é palco de uma grande contradição, pois a democracia,

longe de estabelecer um quadro social homogêneo e apático, enseja, muito pelo contrário, um ambiente de intensa disputa entre percepções distintas acerca dos variados problemas que afligem o empreendimento solidário.

A questão que diferencia a “cultura capitalista” da “cultura solidária”, no contexto da administração dos empreendimentos pertinentes a cada uma, é o elemento da decisão majoritária presente na Economia Solidária, enquanto que na economia capitalista impõe-se despoticamente a “vontade” daquele que possui – ou controla em nome de quem possui – os meios de produção.

O que Singer (2007) tenta expor é a distinta visão de democracia que impera na superestrutura capitalista em comparação à democracia exercida no contexto de solidariedade. Resulta dessa exposição, que a democracia defendida no âmbito capitalista é pautada pela “disputa entre desiguais”, enquanto que na percepção da Economia Solidária a democracia significa implica “disputa entre iguais”.

Fica clara, portanto, a tentativa do autor em estreitar a relação entre a noção de democracia defendida pela Economia Solidária e o desenvolvimento da solidariedade entre iguais, que decorre de uma “densidade afetiva” peculiar a essa forma de gestão. O autor explica que:

As pessoas devem se gostar. Não somos autômatos, não dá pra colaborar, sem ter afeição pelo outro, a quem ajudamos e que no momento seguinte nos ajuda [...] Tem que haver muita afeição. E ela existe, como efeito da ajuda mútua. (SINGER, 2007, p.16)

Percebe-se que essa concepção de ajuda mútua que permeia o sentido de solidariedade defendido por Singer se refere ao desenvolvimento de uma relação de reciprocidade entre os indivíduos, em detrimento a trocas sociais impessoais e utilitaristas.

Em outro ponto Singer (2004) empreende uma análise comparativa entre o desenvolvimento capitalista e o desenvolvimento solidário. Em determinado momento, o autor torna explícito que:

Se a economia contemporânea fosse unicamente capitalista, como Marx supôs que acabaria sendo, o desenvolvimento também seria governado pela lógica do grande capital. Se a economia no futuro se tornar completamente solidária (ou socialista), é de se esperar que o desenvolvimento será governado pela lógica da solidariedade. Mas, até o momento, a previsão de Marx não se realizou. O desenvolvimento econômico ao longo dos dois últimos séculos não

tendeu a eliminar os modos de produção não-capitalistas – a pequena produção de mercadorias, a economia social e solidária e a economia estatal – e nas últimas décadas reforçou a presença e o papel destes outros modos de produção no seio da formação socioeconômica dominada pelo capitalismo. O desenvolvimento vem tornando a economia mais mista, ou seja, uma combinação cada vez mais complexa de modos de produção [...] No plano econômico, os diferentes modos de produção competem entre si, mas também se articulam e cooperam entre si. No plano político e ideológico, no entanto os antagonismos entre as duas lógicas e seus valores opostos só se acentuam. (SINGER, 2004, p. 21)

Singer (2004) considera a existência de uma “economia plural” marcada pela presença de modos de produção alternativos ao capitalismo. No entanto, como apresentado no excerto acima, para Singer (2004) a pluralidade da economia não serve ao propósito de uma convivência eminentemente pacífica e apática entre economia monetária capitalista e economias não mercantis, pois o autor compreende interações tanto de cooperação entre modos de produção quanto de competição.

É no sentido de competição entre os modos de produção que emerge o paradigma da superação erigido por Singer (2003, 2004), pois, em sua perspectiva a Economia Solidária e se coloca como um modo de regulação econômica coexistente ao Capitalismo, mas que se desenvolve em uma relação Estado-Capital-Trabalho distinta e dirigida a uma espectro fragmentado da sociedade. Dessa forma, resta claro que o pensamento de Singer (2003,2004) coloca a Economia Solidária como fonte de superação ao modo de produção capitalista.

Singer (2003) inicia sua análise do que considera ser a Economia Solidária a partir de uma referência marxiana aos modos de produção:

A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios.

À medida que a Economia Solidária constitui-se em um modo de produção alternativo, tem-se, portanto, uma competição entre sistemas de regulação antagônicos da qual a Economia Solidária emergirá como paradigma hegemônico. Singer (1999, p. 139) esclarece que:

Se a economia solidária se consolidar e atingir dimensões significativas, ela se tornará competidora do grande capital em diversos mercados. O que poderá recolocar a competição sistêmica, ou seja, a competição entre um modo de produção movido pela concorrência intercapitalista e outro movido pela cooperação entre unidades produtivas de diferentes espécies contratualmente ligadas por laços de solidariedade.

Singer (2003, p. 13) complementa sua visão ao destacar que a unidade de análise em sua teoria da Economia Solidária é a forma cooperativa de produção, regida pelos princípios da: posse coletiva dos meios de produção; gestão democrática da empresa, por participação direta ou assembleia ou delegados; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados consensualmente; destinação do excedente anual, conhecidas como sobras, também por critérios aceitos de forma democrática.

Todas essas características em conjunto têm a intenção de destituir a ditadura do Capital cuja expressão é a heterogestão presente na empresa capitalista. Segundo Singer (2003, p.14), a ditadura do Capital, na empresa capitalista, impõe que:

a) qualquer trabalhador deva obediência irrestrita às ordens emanadas do dono ou de quem age em seu nome; b) todo fruto do trabalho coletivo seja propriedade do capitalista, em cujo benefício todos os esforços devem ser envidados; c) o trabalhador só faça jus ao salário previsto contratualmente e aos seus direitos legais.

A Economia Solidária, em Singer (2003), é, portanto, uma tentativa de se provocar uma ruptura dessa ditadura do Capital, que orbita a empresa capitalista, por meio da produção cooperativa cujos princípios devem, sobretudo, evitar que qualquer forma de despotismo se instale na gestão dos empreendimentos solidários.

Não obstante, a proposta de superação do Capitalismo pela Economia Solidária não deve ser entendida como apenas uma combinação do Capitalismo com um novo modo material de produção de mercadorias, pois, como explica Singer (2003, p.13), a Economia Solidária constitui-se num modo de produção e distribuição que representa a síntese que supera tanto o Capitalismo quanto a pequena forma de produção de mercadorias, tornando-se um modo absoluto de regulação do metabolismo social.

## Notas e comentários sobre as contribuições teóricas de Paul Singer

O primeiro ponto que merece menção é o fato de que, na concepção de Singer, a Economia Solidária é um resgate do projeto utópico de transformação social cujo mecanismo principal seria as cooperativas. No entanto, essa referência histórica enseja uma problemática que se desdobra das diferenças entre os contextos históricos em que a Economia Solidária se fez e se faz presente: se a Economia Solidária deve seu surgimento ao cooperativismo promovido pelo socialismo utópico, não estaria ela a mercê das mesmas restrições que se impuseram às práticas cooperativistas do século XIX?

A resposta parece ser positiva à medida que Singer confia a Economia Solidária às bases do socialismo utópico o qual foi duramente criticado por Marx e Engels (1975), justamente por não compreender uma crítica totalizante, na medida em que as experiências cooperativistas eram realizadas em casos isolados, e pelo fato de o proletariado, enquanto classe oprimida, ainda não ter se consolidado, apenas se esboçando num grau incipiente.

Em adição a essa crítica, há a visão de Luxemburgo (2005) acerca das dimensões do cooperativismo e suas restrições. Para a autora em questão, o cooperativismo, como forma de economia que não abandona o “mercado”, já que está sujeito ao domínio da produção pela troca, do qual decorre o fato de que as cooperativas acabam por reproduzir internamente as relações despóticas do Capitalismo.

Singer parece não propor uma solução teórica suficientemente capaz de sanar as problemáticas envolvidas no cooperativismo, pois apenas enfatiza, nesse caso, que a autoexploração é menos danosa do que a exploração conduzida por outrem e, portanto, essa seria a vantagem para o trabalhador que se engaja na Economia Solidária.

Sobre a questão que envolve a Economia Solidária e o mercado, Singer (2004, p. 12) alega que:

O desenvolvimento solidário não propõe a abolição dos mercados, que devem continuar a funcionar, mas sim a sujeição dos mesmos a normas e controles, para que ninguém seja excluído da economia contra a sua vontade.

Singer, portanto, não ignora os efeitos nocivos desencadeados pela concentração das transações via mercado, mas crê que a criação de normas e controles pode impedir que o mercado torne-se o epicentro de desigualdades e exclusão.

Ao optar por essa lógica, Singer, inevitavelmente, parece desconsiderar que em um sistema metabólico dirigido pelo Capital, o controle e a regulamentação sobre os mercados só seriam aplicados caso representassem formas de obtenção de lucro mais diretas. Em outros termos, como se poderia esperar que as regulamentações erigidas por uma superestrutura, que se constrói em simbiose ao modo de produção capitalista, poderia operar transformações institucionais capazes de orientar a acumulação de capital para um viés solidário?

Singer apela à autogestão como mecanismo capaz de promover a grande transformação da sociedade e sua transição para uma fase pós-capital. No entanto, como já analisado anteriormente, a mera expropriação do capitalista possibilitada pela autogestão, embora seja necessária, não é, contudo, suficiente para que se possa almejar uma vitória contra o poder ditatorial do Capital, como alerta Mészáros (2002). Não obstante, o principal desafio que se impõe à Economia Solidária, muito mais complexo do que a eliminação do capitalista, é propor um fim ao processo de alienação do trabalhador.

Para Singer (2002) a alienação pode ser combatida com eficácia a partir do trabalho autogestionário executado em meio a um ambiente integrativo onde imperam a dádiva, a dedicação e a solidariedade. Em uma passagem, Singer (2002) explica os motivos para o sucesso da transformação de firmas falidas em empresas solidárias:

Por surpreendente que seja, a grande maioria das tentativas de transformar firmas meio ou inteiramente falidas em empresas solidárias tem tido sucesso. Isso é explicado, em primeiro lugar, pelos sacrifícios feitos pelos cooperados, que se dispõem a trabalhar durante meses por ganhos mínimos, algumas vezes apenas em troca de cestas básicas [...] mas também pela enorme dedicação e amor ao trabalho não mais alienado, do que resultam aumentos inesperados de produtividade e grande redução de perdas e desperdícios. (Singer, 2002, p.91)

Seria a autogestão elemento necessário e suficiente para superação, portanto, de ambos, Capitalismo e Capital? Na interpretação de Singer, fica clara a ideia de que a posse dos meios de produção, configurada na autogestão, representa tanto um novo

modo de produção que expropria o capitalista quanto uma superação da principal faceta do sistema do capital, qual seja: a alienação.

A alienação, no entanto, como parece ignorar Singer, supera os aspectos internos à firma, pois é determinada, segundo Storch (1985), pelo metabolismo social em totalidade, e não apenas sob os auspícios dos processos de trabalho. Como afirma Mészáros (2006), a alienação retratada por Marx apresenta-se em quatro dimensões: alienação do processo de trabalho, alienação do produto do trabalho, de si mesmo e da civilização humana.

Em decorrência das quatro dimensões da alienação descritas acima, mesmo que a autogestão provoque certa ruptura com o estranhamento originado do processo de produção, restam ainda outras três dimensões que parecem não atacadas de forma direta pela Economia Solidária em Singer. Não seria responsável inferir-se que a ruptura com a alienação no processo produtivo pudesse ser capaz de eliminar, por si só, todos os “grilhões” que impedem que o trabalhador se emancipe em seu meio.

A conclusão a que se chega, no entanto, é que a proposta de Singer conduz a Economia Solidária ao patamar de um modo de regulação social pós-capitalista, mas ainda longe de conseguir se tornar uma alternativa pós-capital. Não obstante, seu arcabouço teórico-analítico manifesta a opção não por uma libertação do trabalhador, mas ao contrário, por uma menor exploração e menor alienação.

### **Considerações Finais**

O presente artigo teve a intenção de apresentar a discutir os principais elementos que caracterizam a importante e seminal contribuição de Paul Singer para a consolidação de uma abordagem epistemológica marxiana para a compreensão e crítica ao crescente fenômeno da economia solidária no Brasil.

Dentre a extensa bibliografia do autor sobre a temática, vários apontamentos se notabilizam e demarcam Paul Singer como um pensador-militante no contexto de renovação do arcabouço marxista.

A unidade básica de análise em Singer é a cooperativa de produção e o processo parlamentar de decisões democráticas, chamado por ele de autogestão. A solidariedade seria desenvolvida a partir da dedicação e da proximidade afetiva dos trabalhadores autogeridos. O empreendimento solidário, prossegue o autor, inaugura

uma forma de captura da subjetividade mais intensa do que a exercida na empresa capitalista, pois o trabalhador que se submete à autogestão deve expandir seus conhecimentos acerca dos processos produtivos.

Quando confrontado com críticas às limitações do cooperativismo enquanto postura revolucionária em relação ao modo de produção capitalista, Singer atesta o fato da empresa solidária o trabalho deixa de ser alienado, pois o trabalhador passa a ser dono dos meios de produção e assim, tem a opção de se autoexplorar.

Para Singer as condições de exploração do trabalho em empresas solidárias são evidentemente contrastantes com as observadas em empresas capitalistas, devido ao fato de que a autoexploração implica uma exploração menor do que a oriunda de um processo de hierarquização do trabalho. Reside nesse tópico o grande ímpeto revolucionário da Economia Solidária em Singer.

O grande mérito desse paradigma é propor uma ação prática para o desenvolvimento da Economia Solidária, buscando os elementos intrínsecos aos empreendimentos solidários que permitam a perpetuação da autogestão, definida pelo autor como o processo democrático de tomada de decisões.

A partir dessas contribuições, Paul Singer cimentou, não apesar, mas exatamente em função de suas limitações, as bases para o desenvolvimento de uma vasta produção bibliográfica ulterior.

### **Referências Bibliográficas**

BARBOSA, R. N. C. *A Economia Solidária como Política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2007.

BENINI, E. A., BENINI, E. G. As Contradições do Processo de Autogestão no Capitalismo: Funcionalidade, Resistência E Emancipação pela Economia Solidária. *Revista Organização e Sociedade*. Salvador, v.17, n. 55, p. 605-619, 2010.

BENINI, E. A.; NEMIROVSKY, G.; BENINI, E. G. A Práxis do Trabalho Associado: da Economia Solidária para A perspectiva da solidariedade Orgânica e Autogestão Societal. *Revista Org&Demo*. Marília, v.13, n. 2, p. 9-20, jul./dez., 2012.

BERTUCCI, J. *A Produção do Sentido e a Construção Social da Economia Solidária*. Tese (Doutorado em Economia), Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

FARIA, M. S.; DAGNINO, R; NOVAES, H. T. Do fetichismo da organização e da tecnologia ao mimetismo tecnológico: os labirintos das fábricas recuperadas. *Revista Katálysis*, v. 11, n. 1, p. 123-131, 2008.

FRANÇA-FILHO, G. C.; LAVILLE, J. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

LUXEMBURGO, R. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

MANCE, E. A. *A revolução das redes: A colaboração solidária como alternativa pós-capitalista*. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. *A. Redes de colaboração solidária*. Petrópolis: Vozes, 2002a.

\_\_\_\_\_. *A. Como organizar redes solidárias*. Rio de Janeiro: Fase, 2002b.

MARX, K.; ENGELS, F. *Textos I*. São Paulo: Alfa e Omega. 1975

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

\_\_\_\_\_. *A teoria da Alienação em Marx*. São Paulo, Boitempo. 2006.

NOVAES, H. T. Os dois pilares para se construir a autogestão: uma crítica aos pesquisadores da Economia Solidária. In: *X Encontro Nacional de Economia Política*, 2005a.

\_\_\_\_\_. *Para além da apropriação dos meios de produção? O processo de Adequação Sócio-Técnica em Fábricas Recuperadas*. Dissertação (Mestrado em Geociências). Unicamp, Campinas, 2005b.

\_\_\_\_\_. Quando os patrões destroem máquinas: o debate em torno das forças produtivas em fábricas recuperadas argentinas e uruguaias. *Revista de Ciências Sociais da Unisinos*, São Leopoldo, v. 42, n. 166, 2005c.

\_\_\_\_\_. De tsunami a marola: uma breve história das fábricas recuperadas na América Latina. *Revista Lutas & Resistências*, Londrina, n. 2, p. 84 – 97, 2007.

\_\_\_\_\_. Qual autogestão?. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, maio de 2008.

NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. O Fetiche da Tecnologia e a Visão Crítica da Ciência e Tecnologia: lições preliminares. In: *3º Encontro de investigadores latino-americanos de cooperativismo*. São Leopoldo, 2004.

NUNES, D. *Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária: uma aplicação da pedagogia da participação*. São Paulo: Annablume, 2009.

SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo, Editora Contexto, 1999

\_\_\_\_\_. A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. *Produzir para viver*. São Paulo, Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. (Org.) *A Economia Solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. *Revista Estudos Avançados*, nº 18 (51): 7-22, 2004.

\_\_\_\_\_. Economia Solidária: democracia e conflito entre iguais. *Revista Otra Economía*, v. 1, n. 1. p. 14-16, 2007.

\_\_\_\_\_. *Introdução a Economia Solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2010.

STORCH, S. Discussão da Participação dos Trabalhadores na Empresa. In: FLEURY, M.T.; FISCHER, R.M (Org) *Processo e Relações de Trabalho no Brasil*. São Paulo: Atlas, 1985.

**ARTIGO RECEBIDO EM: 05/09/2014**  
**ARTIGO APROVADO EM: 15/10/2014**